

1 Q1026878 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2019 Banca: FCC Órgão: MPE-MT Prova: FCC - 2019 - MPE-MT - Promotor de Justiça Substituto

De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca do crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998),

- (A) a pena será aumentada de metade, se os crimes definidos na Lei nº 9.613/1998 forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- (B) somente constitui o crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores se o valor em pecúnia envolvido tiver decorrido de um dos crimes referidos no rol exaustivo da Lei nº 9.613/1998.
- (C) a lei de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, muito embora criminalize a conduta de ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de determinados crimes, é omissa quanto à tipificação das condutas de importar ou exportar bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.
- (D) não é punível a tentativa de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (E) é adotada nos tribunais superiores brasileiros a doutrina norte-americana que aponta a existência de três fases distintas do crime de "lavagem" de bens, direitos e valores: a colocação, o encobrimento e a integração.

2 Q1013439 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998

Ano: 2019 Banca: FCC Órgão: TRF - 4ª REGIÃO Prova: FCC - 2019 - TRF - 4ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Xisto está sendo processado por crime de lavagem de dinheiro, pois ocultou valores em espécie recebidos ilicitamente de empresa pública federal. No curso do processo, Xisto, assistido por seu advogado, resolve colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime. Na hipótese em questão, nos termos preconizados pela legislação específica sobre o tema (Lei nº 9.613/1998), no caso de condenação,

- (A) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um sexto e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, sendo vedado ao Magistrado deixar de aplicá-la.
- (B) a pena de Xisto poderá ser reduzida até a metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, vedada a substituição por pena restritiva de direitos.
- (C) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um terço e ser cumprida em regime semiaberto, vedado o regime aberto, facultando-se ao juiz substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.
- (D) não será possível a redução da pena privativa de liberdade, mas o Magistrado poderá determinar o seu cumprimento em regime aberto ou semiaberto, e a substituição por pena restritiva de direitos a qualquer tempo.
- (E) a pena de Xisto poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.

3 Q1010579 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2019 Banca: Instituto Acesso Órgão: PC-ES Prova: Instituto Acesso - 2019 - PC-ES - Delegado de Polícia

Hans Staden é um famoso colecionador e vendedor de artigos raros de antiguidade, em especial obras de arte da região Bávara da Alemanha. Para comemorar suas recentes aquisições, fez uma exposição na cidade de seus avós, uns dos primeiros colonos alemães no Brasil, Sontag Martins, na serra capixaba. Lá pode vender algumas dessas obras, todavia, em especial pelo clima de festividades, não deu seguimento ao seu procedimento de venda com o devido cadastramento dos compradores e demais detalhes próprios das obrigações e responsabilidades dispostas no art. 10 da Lei 9.613/98.

Ao passar dos dias, ainda com sua consciência pesada por não cumprir o procedimento padrão, pensa em viajar pela Europa e evitar o desdobramento de qualquer Ação Penal que se inicie, pois crê que "se não for achado, qualquer processo ficará suspenso aguardando minha volta".

Nessa situação hipotética, sobre a disciplina imposta pela Lei 9.613/98 e as garantias processuais, está correto afirmar que caso Hans Staden não comparecesse ou não constituísse advogado:

- (A) seria citado por edital e o feito seria continuado até o julgamento, sendo um defensor dativo nomeado para a defesa técnica.
- (B) tal motivo, de acordo com a Lei 9.613/98, seria o suficiente para a sua condução coercitiva.

- (C) seria citado por edital e o feito seria suspenso assim como o curso do prazo prescricional.
- (D) tal motivo, de acordo com a Lei 9.613/98, seria o suficiente para a decretação de sua prisão preventiva.
- (E) tal motivo, de acordo com a Lei 9.613/98, seria o suficiente para a decretação de sua prisão temporária.

**4** Q1010460 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2019 **Banca:** MPE-SP **Órgão:** MPE-SP **Prova:** MPE-SP - 2019 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O crime de "lavagem" de capitais é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor da infração penal antecedente.  
Com a condenação pela prática do crime de "lavagem" de capitais, ocorrerá a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.
- (B) A habitualidade não é elementar do crime de "lavagem" de capitais, mas, se praticada de forma reiterada, faz incidir causa de aumento de pena.  
Dentre as principais alterações produzidas pela Lei nº 12.683/12 à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, temos a mudança da redação do caput do artigo 1º, a revogação do rol taxativo constante em seus incisos e a majoração da pena, que comportava, até então, a substituição por restritivas de direitos.
- (C) O crime de "lavagem" de capitais tem natureza acessória, derivada ou dependente de infração penal anteriormente cometida, típica e antijurídica, da qual decorreu a obtenção de vantagem financeira ilegal.
- (D)
- (E)

**5** Q1008764 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2019 **Banca:** MPE-SC **Órgão:** MPE-SC **Prova:** MPE-SC - 2019 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

A configuração do crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei n. 9.613/1998) pressupõe a demonstração da autoria e materialidade da infração penal anterior.

- Certo
- Errado

**6** Q990138 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2019 **Banca:** CESPE **Órgão:** CGE - CE **Prova:** CESPE - 2019 - CGE - CE - Auditor de Controle Interno - Área de Correição

Acerca do crime de lavagem de dinheiro — previsto na Lei n.º 9.613/1998 —, assinale a opção correta, de acordo com a legislação de regência e o atual entendimento do STF.

- (A) O conceito de infração penal anterior apresentado na Lei n.º 9.613/1998 é restrito: ele exclui os crimes de menor potencial ofensivo.
- (B) Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, é indispensável que a organização criminosa tenha concorrido, de qualquer modo, para a prática da infração penal anterior.
- (C) O crime de lavagem de dinheiro é crime material: a ocultação de valores provenientes de infração penal anterior só produz resultado depois de esses valores serem introduzidos no sistema financeiro pela organização criminosa.
- (D) O crime de lavagem de dinheiro é crime plurissubjetivo: fica configurado quando a operação de ocultar bens ou valores provenientes de infração penal anterior for realizada especificamente por organização criminosa.
- (E) O crime de lavagem de dinheiro será crime permanente se for praticado na modalidade de ocultar os valores provenientes de infração penal anterior, estendendo-se a sua execução até que os objetos materiais da lavagem se tornem conhecidos.

**7** Q938405 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2018 **Banca:** VUNESP **Órgão:** MPE-SP **Prova:** VUNESP - 2018 - MPE-SP - Analista Jurídico do Ministério Público

Quanto às disposições processuais atinentes aos crimes de lavagem, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para processamento e julgamento de tais crimes é da Justiça Federal.
- (B) Não se viabiliza a punibilidade do crime de lavagem se o crime antecedente está prescrito.

- O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o
- C) Ministério Público em 48 (quarenta e oito) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado.
  - D) A dificuldade para manutenção dos bens não é motivo a justificar a alienação antecipada para preservação do valor dos bens.
  - E) Não se aplica o art. 366, do CPP.
- 

**8** Q897825 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2018 **Banca:** VUNESP **Órgão:** PauliPrev - SP **Prova:** VUNESP - 2018 - PauliPrev - SP - Procurador Autárquico

---

Tendo em conta a Lei nº 9.613/98, com as alterações da Lei nº 12.683/12, é correto afirmar que

- A) não há previsão de lavagem de dinheiro na modalidade culposa.
  - B) a ocultação de bens, direitos ou valores provenientes de contravenção penal não pode ensejar crime de lavagem de dinheiro.
  - C) não há previsão de lavagem de dinheiro na modalidade tentada.
  - D) o ordenamento pátrio adotou a legislação de segunda geração, já que apenas um rol fechado de infração penal antecedente pode ensejar crime de lavagem de dinheiro.
  - E) haverá aumento de pena se o crime de lavagem de dinheiro for cometido por intermédio de associação criminosa.
- 

**9** Q842158 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2017 **Banca:** CESPE **Órgão:** DPU **Prova:** CESPE - 2017 - DPU - Defensor Público Federal

---

Em cada um do item seguinte é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das disposições constitucionais e legais a respeito de competência.

Ricardo foi denunciado pela prática do crime de lavagem de capitais provenientes do tráfico internacional de drogas. Nessa situação, o crime de lavagem de capitais será processado e julgado pela justiça federal, haja vista a competência constitucional do crime antecedente.

- Certo
  - Errado
- 

**10** Q842146 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2017 **Banca:** CESPE **Órgão:** DPU **Prova:** CESPE - 2017 - DPU - Defensor Público Federal

---

Em assalto a uma agência bancária, Lúcio conseguiu alta monta financeira. Com parte do dinheiro, ele comprou imóvel em nome próprio, tendo declarado na escritura de compra e venda valor inferior ao que foi efetivamente pago pelo imóvel. Em seguida, Lúcio vendeu o bem pelo valor de mercado, o que tornou lícito o proveito econômico do crime praticado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte à luz da legislação e da doutrina pertinentes à lavagem de dinheiro e à extinção de punibilidade.

Conforme a legislação específica, para que Lúcio seja condenado pelo crime de lavagem de dinheiro, é necessário que haja condenação, ao menos em primeiro grau, pelo crime de roubo à agência bancária.

- Certo
  - Errado
- 

**11** Q842145 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2017 **Banca:** CESPE **Órgão:** DPU **Prova:** CESPE - 2017 - DPU - Defensor Público Federal

---

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte à luz da legislação e da doutrina pertinentes à lavagem de dinheiro e à extinção de punibilidade.

De acordo com o STF, Lúcio somente poderá ser processado e julgado pelo crime de roubo, pois o direito penal brasileiro não admite o crime de autolavagem — quando o autor do crime antecedente pratica também a lavagem de capitais —, por entender que esse seria um caso de mero exaurimento do fato antecedente.

- Certo

Errado

**12** Q833099 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2017 **Banca:** FMP Concursos **Órgão:** MPE-RO **Prova:** FMP Concursos - 2017 - MPE-RO - Promotor de Justiça Substituto

Em relação ao crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A A caracterização do crime de lavagem de dinheiro, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reclama um sofisticado processo que compreende as fases da ocultação, do mascaramento e da integração.
- B O bem jurídico tutelado é a Administração Pública, segundo a corrente doutrinária preponderante no Brasil.
- C Não é punível a autolavagem no Brasil, em razão do princípio *ne bis in idem*.
- D O recebimento de honorários advocatícios “maculados”, com a ciência da origem ilícita, caracteriza o crime de lavagem de dinheiro por parte do advogado.
- E Na “terceirização” do crime de lavagem de dinheiro, punem-se tanto o profissional da lavagem, mesmo que não tenha conhecimento preciso acerca da origem ou da natureza dos valores, quanto o autor do crime antecedente.

**13** Q641857 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2016 **Banca:** MPE-SC **Órgão:** MPE-SC **Prova:** MPE-SC - 2016 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

Nos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei n. 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro), incorre nas mesmas penas quem participa de escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou, até mesmo secundária, é dirigida à prática de crimes previstos na supramencionada legislação repressiva.

- Certo
- Errado

**14** Q591221 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2015 **Banca:** FMP Concursos **Órgão:** MPE-AM **Prova:** FMP Concursos - 2015 - MPE-AM - Promotor de Justiça Substituto

Considere as seguintes assertivas em relação ao crime de lavagem de dinheiro:

- I – Não é cabível o concurso de infrações entre a lavagem de dinheiro e o ilícito típico antecedente.
- II – O crime de corrupção fica absorvido pelo crime de lavagem de dinheiro, em razão do princípio da consunção, no concurso aparente de normas penais.
- III – A Lei n.º 9.613/98 é considerada de segunda geração, estabelecendo uma lista de infrações penais antecedentes.
- IV – A Lei n.º 9.613/98 admite a figura da autolavagem ou do autobranqueamento, podendo o autor da infração penal antecedente ser punido também pela prática de lavagem de dinheiro.
- V – Tendo em vista a controvérsia jurisprudencial em torno do conceito de organização criminosa, a partir da definição típica promovida pela Lei n.º 12.850/2013, as infrações penais por ela praticadas podem ser consideradas subjacentes ao crime de lavagem de dinheiro.

Quais das assertivas acima estão corretas?

- A Apenas a IV e V.
- B Apenas a III e IV.
- C Apenas a I e II.
- D Apenas a II e III.
- E Apenas a II e V.

**15** Q591218 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

**Ano:** 2015 **Banca:** FMP Concursos **Órgão:** MPE-AM **Prova:** FMP Concursos - 2015 - MPE-AM - Promotor de Justiça Substituto

Em relação ao bem jurídico tutelado no crime de lavagem de dinheiro, de acordo com o entendimento predominante no cenário jurídico brasileiro, à luz da doutrina e da jurisprudência, considere as seguintes assertivas:

I – O bem jurídico tutelado é a administração da justiça. II – O bem jurídico tutelado é a ordem socioeconômica. III – A objetividade jurídica é a mesma do crime antecedente. Quais das assertivas acima estão corretas?

- A Apenas a I.
- B Apenas a II.

- (C) Apenas a III.
- (D) Apenas a II e III.
- (E) Apenas a I e III.

16 Q409259 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2014 Banca: VUNESP Órgão: TJ-PA Prova: VUNESP - 2014 - TJ-PA - Juiz de Direito Substituto

Recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos infringentes na conhecida Ação Penal 470 – Caso do Mensalão. De forma sintética, com relação ao crime de lavagem de dinheiro foi firmado, por maioria de votos, o entendimento segundo o qual:

- (A) receber propina não é ato autônomo posterior ao delito de corrupção passiva, não existindo a autonomia exigida para a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.
- (B) a lavagem de dinheiro é um crime material e, assim, para a tipificação do delito seria necessária à ocorrência do resultado lesivo, o que não aconteceu no caso concreto.
- (C) o ato de receber propina sucede o delito de corrupção passiva, existindo, dessa forma, a autonomia exigida para a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.
- (D) a condenação pelo crime de lavagem de dinheiro deve ser mantida com fundamento na teoria do domínio do fato.
- (E) todo ato de recebimento de propina por funcionários públicos pressupõe aceitação prévia e clandestinidade, restando evidenciada a autonomia do crime de lavagem de dinheiro.

17 Q470168 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2013 Banca: MPE-SP Órgão: MPE-SP Prova: MPE-SP - 2013 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto

Segundo a Lei da Lavagem de Dinheiro e Ocultação de Bens, Direitos e Valores, a delação premiada nos crimes nela descritos NÃO possui o efeito de

- (A) diminuir a pena do autor na fração de um a dois terços.
- (B) permitir que o juiz deixe de aplicar a pena ou possa substituí-la por restritiva de direitos.
- (C) permitir que o partícipe repatrie o dinheiro enviado ao exterior, pagando as multas e os impostos devidos.
- (D) diminuir a pena do partícipe na fração de um a dois terços.
- (E) permitir que o juiz determine o cumprimento da pena em regime aberto.

18 Q239459 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2012 Banca: MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: MPE-GO - 2012 - MPE-GO - Promotor de Justiça

**Em matéria de lavagem de capitais, é correto afirmar que:**

- (A) Quando o crime antecedente for de competência da Justiça Federal, disciplina o art. 2º, inciso III, "b", da Lei nº 9.613/98, que a competência para o julgamento, excepcionalmente será da Justiça Estadual
- (B) A lavagem de capitais segundo a Lei nº 9.613/98 somente poderá ocorrer na modalidade culposa em uma única situação
- (C) Os ingressos de quantidades pequenas de dinheiro em contas bancárias configura modalidade de reciclagem de dinheiro conhecida como "pitufeo" ou "smurfing"
- (D) Na Lei nº 9.613/98 não é admissível a delação premiada

19 Q502473 Direito Penal > Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998 , Legislação Penal Especial

Ano: 2008 Banca: FCC Órgão: TJ-RR Prova: FCC - 2008 - TJ-RR - Juiz de Direito Substituto

Em processo envolvendo crime de lavagem de dinheiro, a restituição dos bens, direitos e valores apreendidos ou seqüestrados

- (A) nunca poderá ser feita.
- (B) poderá ser feita antes do julgamento do processo, se comprovada a licitude dos bens e houver comparecimento pessoal do acusado.
- (C) somente poderá ser feita após o trânsito em julgado da sentença absolutória.

- Ⓓ poderá ser feita antes do julgamento do processo, se comprovada a licitude dos bens ainda que sem o comparecimento pessoal do acusado.
- Ⓔ poderá ser feita, durante o processo, se, havendo pedido de restituição, o Ministério Público não provar, satisfatoriamente, a origem ilícita dos bens.
- 

### Respostas

1: **E** 2: **E** 3: **A** 4: **D** 5: **E** 6: **E** 7: **E** 8: **A** 9: **C** 10: **E** 11: **E** 12: **E** 13: **C** 14: **A**  
15: **B** 16: **A** 17: **C** 18: **C** 19: **B**